

A proposta de renovação da formação sacerdotal e religiosa: uma leitura do Concílio Vaticano II (1962-1965) a partir dos conceitos “evento dialógico” e “momento axial”

Edson Claiton Guedes¹

Edson Armando Silva²

Introdução

O Concílio Vaticano II³ foi um evento importante na Igreja Católica a partir da década de 1960. Apesar de seu caráter religioso, ele influenciou o cotidiano do ocidente cristão por meio de novos modelos eclesiológicos, como as Ceb's; ou teológicos, como a teologia da libertação, a teologia feminista, a teologia ecumênica, entre outros. Nessa perspectiva, propomos uma leitura do Concílio a partir dos conceitos de *evento dialógico* e *momento axial*.

As expressões *evento dialógico* e *momento axial* pretendem analisar o Concílio tendo em vista a reformulação das identidades sacerdotal e religiosa, emanadas por meio das determinações conciliares e pós-conciliares. Nos deteremos aos decretos *Optatan Totius*, sobre a formação sacerdotal, e *Perfecta Caritatis*, sobre a renovação da vida religiosa. Esses dois documentos serão analisados a partir do seu discurso de renovação, já que, desde sua promulgação, a discussão sobre as identidades sacerdotal e religiosa foi tema de muitos debates.

A leitura do Concílio como um *momento axial* na história da Igreja, tem seu amparo conceitual na obra “Tempo e narrativa”⁴, de Paul Ricoeur. A expressão *tempo axial* (*Achsenziet*) foi cunhada anteriormente por Karl Jasper como um momento pontual que estabelece um parâmetro para o antes, o durante e o depois. Paul Ricoeur o definiu como *momento axial*, que ele traduz como o ponto zero do

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR (UEPG/PR). Bolsista Capes/Fundação Araucária. E-mail: nosdek@gmail.com.

² Orientador Doutor em História (UFF). Professor do Departamento de História e do mestrado em História (UEPG/PR).

³ O anúncio público do Concílio Vaticano II ocorreu no dia 25 de janeiro de 1959. Antes dele, a Igreja tinha realizado outros vinte. Três anos após o anúncio, veio a convocação oficial em 25 de dezembro de 1961 com a Constituição Apostólica *Humanae Salutis*, pelo Papa João XXIII (1881-1963). Sua instauração deu-se efetivamente no dia 11 de outubro de 1962, encerrando-se no dia 8 de dezembro de 1965, pelo Papa Paulo VI (1897-1978).

⁴ RICOEUR Paul. *Tempo e narrativa*: tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papyrus, 1997, p. 183.

cômputo, um evento marcante e uma das características que constitui o calendário como um tempo socializado, dividido cronologicamente.

É um fato que o Concílio Vaticano II buscou inaugurar uma nova relação da Igreja com a sociedade e rompeu com uma autocompreensão monolítica. Nesse sentido, o conceito de *momento axial* quer refletir a partir de postura renovada da Igreja frente ao mundo moderno, até então visto como um inimigo. Essa aproximação marca também um tempo de crises, que se refletiu no âmbito da formação religiosa e sacerdotal.

Já a perspectiva do Concílio Vaticano II como um *evento dialógico*, remete-nos conseqüentemente a uma interação transdisciplinar⁵ com a área da Linguística, a partir de Mikhail Bakhtin⁶. De antemão, deixamos claro que não é nossa intenção o aprofundamento de questões técnicas dessa área e muito menos fechar-se na discursividade. Essa leitura encontra-se numa área de fronteira e a “aproximação da história com outras ciências ainda é um lugar em construção” (SILVA, 2016).

Cada documento conciliar foi resultado de disputas, de concepções teológicas diversificadas, de uma dinâmica intensa e dialética entre grupos que se habituou chamar progressistas e conservadores. A reforma e atualização da Igreja, propalada pelo Vaticano II, assim como no Concílio de Trento (1545-1563), passa incontestavelmente pelas identidades do padre e do religioso, que são seus principais agentes. As disputas sobre essas identidades ficaram mais evidentes na recepção do Concílio, seja nas conferências episcopais, como a CNBB no Brasil, seja nos institutos religiosos, onde se desdobraram em experiências diversificadas, de acordo com o contexto em que estavam inseridas.

⁵ Preferimos a expressão “transdisciplinar” à “interdisciplinar”, seguindo o entendimento de Edgar Morin. Ele propõe que as disciplinas, antes fechadas em seus objetos de estudo, abram-se e façam conexões, as mais variadas, porque a hiperespecialização torna inócua as pesquisas. Para ele, é necessário abrir as fronteiras disciplinares e permitir a circulação do conhecimento a ponto de formar complexos em que diferentes disciplinas sejam aglutinadas e agregadas. A isso ele chama de transdisciplinaridade. Cf. MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 15ª edição. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008, p. 105-116.

⁶Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895- 1975) é um filósofo e pensador russo, teórico da cultura europeia e das artes. Seus escritos, em uma variedade de assuntos, inspiraram trabalhos de estudiosos em um número de diferentes tradições (o marxismo, a semiótica, o estruturalismo, a crítica religiosa) e em disciplinas tão diversas, como a crítica literária, história, filosofia, antropologia e psicologia.

Delimitando conceitos: o Concílio Vaticano II como um tempo axial e um evento dialógico

De que maneira podemos afirmar que o Concílio Vaticano II foi um *momento axial* na história da Igreja? Em *Tempo e narrativa, tomo III*, na sessão intitulada *Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico*, Ricouer utiliza essa expressão para desenvolver uma das características do tempo do calendário. Segundo o autor, é comum à todos os calendários ter um “momento fundador, que se considera abrir uma nova era” (RICOUER, 1997, p. 183). Ora, diz Ricouer, sendo o calendário um “terceiro-tempo entre o tempo psíquico e o tempo cósmico” (1997, p. 182), ele necessita de um ponto referencial, para seu início, um evento extraordinário que possa marcar um *antes* e um *depois*. Se uma das características do calendário é um *ponto zero*, é possível perceber o Vaticano II, na história dos Concílios da Igreja, como um diferencial na relação entre a instituição e a sociedade moderna. A força deste *momento axial* na história da Igreja revela-se, pelo longo debate, que desde então ultrapassou o âmbito teológico e está presente também em outras áreas das ciências humanas.

Acontecido e encerrado na década de 1960, o Concílio mantém sua atualidade como um *futuro-passado*, para utilizar a expressão de Koselleck, mas numa permanente *tensão escatológica*, ou seja, na perspectiva de uma realização histórica de suas determinações. É a partir do reconhecimento desse processo histórico, de suas continuidades e descontinuidades, que concebemos o Concílio Vaticano II como um “momento axial”. Na leitura de Ricouer, o *momento axial* é caracterizado por ser um

[...] acontecimento tão importante que se considera que ele dá um curso novo às coisas. A partir do momento axial, os aspectos cósmicos e psicológicos do tempo recebem respectivamente uma significação nova [...] todos os acontecimentos adquirem uma posição no tempo, definida por sua distância em relação ao momento axial - distância medida em anos, meses, dias - ou por sua distância em relação a qualquer outro momento cuja distância do momento axial é conhecida (RICOUER, 1997,p. 185).

Conceber o Concílio nesta perspectiva permite-nos uma leitura que leve em conta uma análise e problemáticas mais aprofundadas do seu significado histórico.

Dois fatores são importantes nesta leitura: o primeiro diz respeito ao papel da religião na construção social e na interação entre os homens. De fato, pondera Berger (2013), o homem, biologicamente privado de um mundo, constrói o seu mundo visto como a cultura constituída na totalidade dos produtos do homem. A religião faz parte de seus produtos, e é por meio dela que o ser humano dota sua existência de significado, ordenando-a no caos do profano. Essa força psicológica da religião é demonstrada pelos ritos, pelas construções de templos, pelas liturgias, etc. O segundo fator diz respeito ao cristianismo, e, de maneira especial, ao catolicismo, como força política e ideológica no Ocidente.

Por outro lado, ler o Concílio Vaticano II como *evento dialógico*, nos permite percebê-lo como um acontecimento, feito também de fora para dentro, posto que o Concílio pretendeu abrir-se ao diálogo com o mundo moderno.

O Vaticano II foi também um marco para a história da cultura ocidental pós 1965⁷. Isto porque apesar da laicidade da sociedade, o mundo está encharcado de práticas e discursos religiosos. A Igreja, através de suas instituições, está presente nesses ambientes, e sua presença dialoga, interage com a sociedade recebendo elementos que caracterizam, inclusive, a linguagem dos documentos finais do Concílio. É neste sentido que podemos chamá-lo, segundo a concepção de Mikhail Bakhtin, como um *evento dialógico*⁸. De fato, o Concílio foi um evento “repleto de vozes, com todos os jogos de interesses dentro de si, com todas as contradições possíveis. Essa é sua riqueza. Essa é sua pobreza. Assim são as instituições” (MIOTELLO, 2013, p. 06).

Os decretos sobre a renovação da vida religiosa (*Perfecta Caritatis*) e sobre a formação sacerdotal (*Optatan Totius*) são alguns dos resultados desse evento que buscou redefinir a identidade da Igreja por meio de suas instituições.

⁷ No contexto latino-americano, a teologia da libertação trouxe uma importante reflexão do papel do cristão no continente nas décadas de 1970 e 1980. Dessa leitura teológica, surgiram movimentos e partidos políticos, lideranças. Esse movimento de libertação deu-se também em outros ambientes, como na música, nas artes, nas ciências sociais, etc.

⁸ De acordo com Silveira “na perspectiva Bakhtiniana, o conceito de dialogismo está relacionado aos sentidos produzidos entre os falantes em enunciados postos em diálogo/interação”. Cf. SILVEIRA, Ana Paula Kuczmynda da. (et. Al). *A análise dialógica dos gêneros do discurso e os estudos e letramento: glossário para leitores iniciantes*. Florianópolis, Santa Catarina, Editora Dioesc, 2012, p. 21.

Uma opção pela renovação de toda a Igreja: O decreto *Optatan Totius* entre a tradição e a renovação

O título deste item é a tradução da frase latina que nomeia o decreto sobre a formação do presbítero na Igreja. “Uma opção pela renovação de toda a Igreja” (*Optatan Totius Ecclesiae renovationem probe noscens Sancta Synodus a sacerdotum ministério*) condensa o resultado que os bispos reunidos no Vaticano II chegaram sobre o papel do padre na sociedade contemporânea. O decreto propôs ser uma *escuta responsiva*⁹ do Concílio sobre o “hiato que se havia criado entre a formação de seus futuros presbíteros e os ambientes cada vez mais descristianizados e plurais que passaram a influenciar as cosmovisões, os costumes, o *ethos* [...] do mundo moderno” (VALLE, 2015, p. 684).

O Vaticano II representou um espaço orgânico e sistemático de diálogo sobre a situação do sacerdote e a possibilidade de uma transformação da identidade sacerdotal, especialmente sobre dois pontos: a reforma do modelo tridentino¹⁰ e a questão do celibato. É possível perceber esse debate no documento, no entanto, é notável também que o discurso adotado na redação é mais conservador do que inovador. Uma pergunta pode nos orientar nesta análise, ajudando-nos a perfazer o percurso histórico que culminou em sua votação e aprovação: com quem e de que maneira ele dialoga?

Na concepção de Bakhtin, a linguagem se dá num processo de *interação*, ou seja, ela é um produto vivo das condições sociais de cada tempo. A partir desse ponto de vista, o diálogo compõe-se como característica fundamental da linguagem. Para que haja interação entre os sujeitos é preciso o diálogo vivo entre eles,

⁹ A “escuta responsiva”, ou “atitude responsiva”, conforme propõe Bakhtin, deriva de uma atitude dialógica, aberta ao outro e, por isso mesmo, livre. Para ele, “o ouvinte que recebe e compreende a significação (linguística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso”. Cf. BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 290.

¹⁰ O chamado “modelo tridentino” refere-se ao aplicado pelo Concílio de Trento (1545-1563). Com o decreto “*Cum adolescentium aetas*” (*com a idade da adolescência*), a Igreja buscou uma padronização na formação do clero a partir da implantação de um modelo único para todo clero católico do mundo, intencionando dar respostas aos problemas mais relevantes da época, dentre eles, a falta de disciplina e a precariedade da formação religiosa e intelectual. Iniciava-se, com isso, a implantação dos seminários como local por excelência de formação sacerdotal, que vigorou, sem muitos questionamentos, por mais de quatro séculos. A identidade sacerdotal requerida por Trento tinha como intenção marcar a superioridade do padre em relação ao leigo católico. Também o diferenciava dos pastores protestantes por meio do celibato.

realizado por meio dos discursos. A isso, Bakhtin chama de *dialogismo*, uma vez que

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar. (BAKHTIN, 2002, p. 88).

É importante ressaltar, como afirma Brait, que há uma dupla e indissolúvel dimensão referente ao conceito bakhtiniano de dialogismo:

Por um lado, o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. Por um outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, se instauram e são instaurados por esses discursos. (BRAIT, 2006, p.94).

A construção da linguagem é um processo social, histórico, e essas condições interagem em sua elaboração e em suas várias manifestações. Assim, as tensões na produção do decreto *Optatan Totius* estão presentes no texto, e são “inerentes ao dialogismo, ao encontro, à resposta ao discurso entre dois sujeitos” (SOARES, 2015, p. 20).

A opção pelo caráter conservador da formação presbiteral, como pode ser interpretada no documento, reduziu a renovação aos métodos pedagógicos que seriam implementados pelas conferências episcopais, conforme ficou expresso: “Adote-se em cada país ou rito um método peculiar de formação sacerdotal, estabelecido pelas Conferências Episcopais, revisto de tempo em tempo e aprovado pela Sé Apostólica” (Optam Totius, n. 1, p. 508). Os pontos nevrálgicos da renovação, como a reforma total do modelo tridentino e o celibato, permaneceram

intocados.

Uma das causas do descontentamento do clero foi o fechamento institucional a respeito dessas questões, o que provocou uma crise sem precedentes na Igreja, com a desistência de muitos padres, especialmente por conta do fechamento institucional sobre o celibato¹¹. De acordo com Vale (2015), o decreto reafirmou a tradição da Igreja sobre o assunto no capítulo IV, cujo título é *O maior aperfeiçoamento da formação espiritual*. Os bispos enfatizaram o celibato com expressões de exaltação: *santas e sólidas leis, venerável tradição, amor indiviso*, entre outras. Foi assumido um discurso otimista e superficial em relação ao assunto, relegando à tarefa da formação à táticas psicológicas e pedagógicas para a maturidade e estabilidade humana do candidato.

No clero brasileiro, a recepção ao decreto foi acompanhada de euforia e desilusão, especialmente pelo grave momento sócio-político que o país atravessava devido à ditadura militar. Ainda que o decreto *Optatan Totius* tivesse uma linguagem conservadora a respeito de temas como o celibato, a disciplina, o silêncio, a devoção, ele possibilitou aos responsáveis pela formação do clero nacional, uma margem interpretativa que favoreceu a sua criatividade.

A “teologia da enxada” foi um dos métodos aplicados no nordeste, pelo padre belga José Comblin, cuja finalidade estava em formar o seminarista a partir de experiências concretas no seu meio, chamada por ele de opção “por uma cultura adequada”. O método foi criado no ITER (Instituto Teológico de Recife), tendo à frente o bispo Dom Hélder Câmara, o qual permitiu ao padre Comblin que fosse implementado na cidade de Salgado (PB), em Tacaimbó (PE)¹².

¹¹ Segundo Martina, “de 1939 a 1963 (na prática durante o pontificado de Pio XII e João XXIII), o discatério então chamado de Santo Ofício (hoje Congregação para a Doutrina da Fé), tinha concedido ao todo 563 dispensas do sacerdócio e do celibato (pouco mais de 20 por ano, quase sempre devido à nulidade da ordenação sacerdotal, juridicamente demonstrada). De 1963 a 1980, o número de dispensas cresce de modo forte, até atingir em 1970 a cifra de 3.335”. Cf. MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. Tomo IV, a era contemporânea. Trad. Orlando Soares Moreira. São Paulo, Edições Loyola, 1997, p. 356.

¹² A análise e descrição desse método mais pormenorizado pode ser encontrado em: COMBLIM, José. *Teologia da enxada: uma experiência da Igreja no Nordeste*. Petrópolis, Editora Vozes, 1977; NETO, Guedes Neto. *Com o mesmo calor do sol, com o mesmo peso da enxada: a experiência da teologia da enxada no agreste central pernambucano entre 1964 e 1985*. Dissertação. Universidade Estadual de Pernambuco. Recife, 2013; HOORNAERT, Eduardo. *A teologia da enxada quarenta anos depois*. In: Revista Eclesiástica Brasileira. Fasc. 288, Out/2012. P. 936-943.

***Perfecta caritatis* e a renovação da vida religiosa: em busca de diálogo com as fontes e com o mundo moderno**

Uma abordagem do decreto *Perfecta Caritatis*, inspirada na teoria bakhtiniana, não pode deixar de sublinhar a sua confluência e sua dialogicidade com a constituição *Lumen Gentium* sobre a igreja¹³, visto por muitos como o documento mais importante do Vaticano II. Além disso, nessa mesma perspectiva dialógica, a renovação da vida religiosa passa por três pontos que o Concílio percebeu como fundamentais: a) um retorno às fontes de toda vida cristã; B) a inspiração primitiva e original dos institutos; c) a adaptação às novas condições dos tempos. Esses três aspectos compõem o que o decreto chamou de *atualização dos religiosos*, na tentativa de estabelecer uma aproximação da vida religiosa com a modernidade.

A vida religiosa consagrada é um movimento polivalente, iniciado no interior do cristianismo primitivo no século II, como uma busca de pessoas e grupos de identificar-se radicalmente com o Jesus descrito nos evangelhos. Nasceu de maneira espontânea, por vezes solitária, mas tornou-se organizada através dos mosteiros e, mais tardiamente, dos conventos das ordens mendicantes da Idade Média.

A renovação e atualização da vida religiosa, segundo o Concílio, tinha como meta uma adaptação aos tempos modernos, visto que muitas famílias religiosas estavam presas a modelos do passado, que se apresentavam inoperantes no século XX. O decreto conciliar veda aos institutos decadentes, receber noviços/as, pedindo que “se possível, sejam eles unidos a outro instituto ou mosteiro mais florescente, que pela finalidade e o espírito, deles não se diferencie muito” (*Perfecta Caritatis*, n. 21, p. 501).

A atualização tocou na concepção, até, então, em voga da vida religiosa como *status perfectionis* (estado de perfeição). Havia uma “ideia inerente de [um] estado religioso separado, perfeito, superior, entendido de forma essencialmente estática e jurídica” (FRANCO, 2008, p. 553). Foi justamente a partir da organização jurídica que o Concílio pretendeu iniciar a renovação, como atesta o texto do decreto: “as constituições, os diretórios, os livros de usos, de orações e cerimônias,

¹³ A Constituição *Lumen Gentium* traz um conceito de Igreja que se tornou fundamental para o entendimento do Concílio: o conceito de “povo de Deus”. Ele resume e expressa, em termos teológicos, o dinamismo do sujeito coletivo que busca a liberdade na vivência da igualdade, na sua condição eclesial mais básica, a Igreja, e na sua inserção na história.

bem como outros códigos da mesma ordem, sejam convenientemente revistos e adaptados aos documentos deste Santo Sínodo, suprimindo-se as prescrições obsoletas” (*Perfecta Caritatis*, n. 3, p. 490). Em suma, o Concílio abriu a possibilidade que as próprias congregações interpretassem o decreto e atualizassem suas constituições, levando em conta o estilo Vaticano II¹⁴.

A adaptação e a renovação da vida religiosa, contudo, como em todos os processos de reforma, teve seus custos. “Milhares de religiosos e religiosas abandonaram as diversas ordens e congregações neste período de mudança em que se instalou uma atmosfera de confusão, perplexidade e dificuldade de compreender e assumir as transformações que se impunham” (FRANCO, 2008, p. 554). Um dos fatores desse êxodo estava expresso na nova compreensão eclesial do Vaticano II, sob os signos de *povo de Deus* e da *vocação universal a santidade*, conforme propôs a constituição dogmática *Lumen Gentium*, como também no abandono de uma visão pré-moderna e na emergência do laicato como sujeito eclesial. Dessa maneira, ocorria uma “assimilação tardia e inevitável da centralidade do sujeito na sociedade e, em boa medida, na própria missão e constituição da igreja” (PASSOS, 2013 p. 183).

A crise de identidade da vida religiosa, a qual já dava sinais quanto a sua práxis, passou assim a incorporar uma dimensão ontológica. O Concílio quis dar uma definição aos religiosos chamando-os de *sinal carismático* na Igreja. Ainda que teologicamente o conceito de carisma seja significativo¹⁵, naquele momento histórico de aproximação da Igreja e atualização teológica sentiu-se a necessidade de uma precisão conceitual, que os papas Paulo VI e João Paulo II tentaram esclarecer

¹⁴ A designação de “estilo Vaticano II” foi concebida pelo historiador da Igreja John W. O’Malley. Para ele, o gênero que marca os textos aprovados do Concílio pode ser identificado como epidíctico, um gênero antigo da tradição retórica do Ocidente. Nesse modelo, ao invés de um discurso deliberativo, que aconselha, o epidíctico descreve, dá valor aos fatos, mostra sua importância e grandeza, sendo um discurso essencialmente pedagógico. É um estilo que tem a perspectiva do encontro, do diálogo e não da condenação. Cf. CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *O Concílio Vaticano II como evento linguístico: a contribuição de John W. O’Malley*. In: *O Concílio Vaticano II como evento dialógico: o pensamento de Mikhail Bakhtin e o discurso religioso na contemporaneidade*. Rosângela Ferreira de Carvalho Borges e Valdemir Miotello (Orgs.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 248

¹⁵ De acordo com Boff, a palavra carisma deriva de Charis ou Chairen, palavras geradoras de compreensão teológica do Antigo e Novo Testamento, significando a gratuidade, benevolência e o dom de Deus que se abre e entrega ao homem. Foi mérito de Paulo haver introduzido este vocábulo – Carisma – num contexto de organização da comunidade. O carisma significa simplesmente a função concreta que cada qual desempenha dentro da comunidade para o bem de todos, segundo especifica o apóstolo Paulo em suas cartas aos Coríntios 1Cor, 12,7, aos romanos, 12,4 e aos efésios 4,7. Cf. BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. 3ª edição. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 237-238.

posteriormente nas encíclicas sobre a vida religiosa consagrada¹⁶.

Considerações finais

A Igreja enquanto instituição, que agrega uma diversidade de modos de vida, recebeu o concílio também de maneira muito diversa. Enquanto em muitos países poucas modificações foram percebidas, no Brasil, algumas condições favoreceram seu desenvolvimento, seja no âmbito teológico, como também na formação sacerdotal e religiosa. De acordo com Beozzo (2013, p. 6), podemos enumerar quatro fatores importantes:

- a) Existência de movimentos apostólicos leigos, especialmente os ramos juvenis da Ação Católica, como Juventude agrária católica, juventude estudantil católica, juventude independente católica, juventude operária católica, juventude universitária católica;
- b) A presença da CNBB, fundada em 1952, e da CRB, fundada em 1954, como estruturas de organização e animação nacional da Igreja;
- c) A presença do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), fundado em julho de 1955 como articulador continental da Igreja;
- d) A elaboração de um plano de pastoral de emergência em 1962, que preparou a CNBB e a Igreja do Brasil para criar uma ligação das estruturas nacionais a nível local.

A recepção do Concílio entre os religiosos/as foi também tensionada pela posição destes na estrutura da Igreja. Ela é como um termômetro para percebermos de que maneira esse grupo específico apropriou-se das resoluções conciliares e o interpretou à sua maneira. Uma vez que os documentos eram densos e carregados de significados, a recepção tornou-se o “elemento de verificação mais importante, pois revela quais dimensões foram capazes de passar para o cotidiano da igreja, que outras deixaram de ser assimiladas e até mesmo as que foram seletivamente abandonadas” (BEOZZO, 2013, p. 02).

No âmbito do debate teológico sobre a renovação da vida sacerdotal e

¹⁶ Paulo VI escreveu, em 1971, a exortação apostólica *Evangelica testificatio*, sobre a renovação da vida religiosa segundo os ensinamentos do Concílio, no qual o Papa procura responder a uma “incerteza e instabilidade”, após o Concílio. Também o Papa João Paulo II, com a exortação chamada *Vita Consecrata*, de 1996, busca esclarecer a identidade da vida religiosa consagrada quanto ao ser e fazer.

religiosa, duas revistas desempenharam um importante papel na reflexão. A Revista Eclesiástica Brasileira (REB), como campo de disputas e debates, dedicado ao clero nacional, produziu inúmeros artigos sobre o papel do padre a partir das proposições do Vaticano II, e tornou-se um lugar onde o clero buscava informar-se e atualizar-se. A revista Convergência da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) constituiu o espaço de debate sobre os religiosos não clérigos e sobre as religiosas que formavam a grande maioria da vida consagrada. Nessa revista, delineou-se reflexões sobre a vida religiosa e seu papel no novo contexto proposto, enfatizando a subjetividade do sujeito religioso/a, bem como do próprio instituto ao qual eles e elas estavam ligados.

Na revista Convergência, era possível às religiosas protagonizar uma reflexão a partir da sua ótica feminina, revelando também experiências animadas pelo espírito de atualização, proposto pelo Concílio e pelas conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). Nesse período, as experiências feitas pelas religiosas em vários âmbitos da realidade nacional, abriram campos até então inexplorados pela vida consagrada feminina, dando a entender que haveria uma renovação deste estilo de vida, não somente dos sujeitos, mas das próprias instituições.

A partir da década de 1980, que coincide com o início do papado de João Paulo II, percebido por Libâneo (1984) como uma “volta a grande disciplina”, muitas experiências vividas pela vida religiosa na América Latina entraram na mira da Cúria Romana. Discursos conservadores ganharam força com narrativas que definiam o Vaticano II como um “Concílio meramente pastoral”, ou ainda, como um “movimento herético”, como foi o caso do teólogo italiano Romano Amerio, em seu livro *Iota Unum: Estudos sobre as transformações na Igreja no século XX*, publicado na Itália em 1985; e também o livro de Roberto De Mattei *Il Concilio Vaticano II: Una storia mai scritta*, publicado em 2010.

A controvérsia a respeito da interpretação do Concílio, ainda permanece e pode ser sintetizada em três posições: aqueles que “querem esquecê-lo e voltar ao passado, os que querem voltar a seu espírito, e os que, diferentemente, consideram que aquela problemática já está superada” (VIGIL, 2013, p. 07).

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BEOZZO, José Oscar. *A recepção do Concílio Vaticano II na Igreja do Brasil*. Disponível em: <http://www7.uc.cl/facteo/centromanuellarrain/download/beozzo.pdf>. Acesso em 08 de nov. 2016.
- BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 9ª reimpressão. Trad. José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 2013.
- BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. 3ª edição. Petrópolis, Vozes, 1982,
- BRAIT, Beth (org). *Dialogismo e construção de sentido*. Campinas: Unicamp. 2006.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *O Concílio Vaticano II como evento linguístico: a contribuição de John W. O'Malley*. In: *O Concílio Vaticano II como evento dialógico: o pensamento de Mikhail Bakhtin e o discurso religioso na contemporaneidade*. Rosângela Ferreira de Carvalho Borges e Valdemir Miotello (Orgs.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.
- COMBLIM, José. *Teologia da enxada: uma experiência da Igreja no Nordeste*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- DECRETO PERFECTA CARITATIS. In: *Compêndio Vaticano II: Constituições, decretos e declarações*. Introdução e índice analítico de Frei Boaventura Kloppenburg, OFM. Coordenação geral de Frei Frederico Vier, OFM. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984, p 488-504.
- DECRETO OPATAM TOTIUS. In: *Compêndio Vaticano II: Constituições, decretos e declarações*. Introdução e índice analítico de Frei Boaventura Kloppenburg, OFM. Coordenação geral de Frei Frederico Vier, OFM. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 507-526.
- FRANCO, José Eduardo. *Da fuga mundi à vita in mundo: comunidades novas e outras metamorfoses da vida consagrada*. In: *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. Disponível em: revistaslusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/download/3924/2642. Acesso em: 26 out. 2016.
- HOORNAERT, Eduardo. *A teologia da enxada quarenta anos depois*. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Fasc. 288, Out/2012. P. 936-943.
- LIBÂNEO, João Batista. *A volta à grande disciplina: Reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1984.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. Tomo IV, a era contemporânea. Trad. Orlando Soares Moreira. São Paulo, Edições Loyola, 1997.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 15ª edição. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.
- MIOTELLO, Valdemir. *O Concílio Vaticano II como evento dialógico*. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu círculo. São Carlos, São Paulo. 2013. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5115-o-concilio-vaticano-ii-como-evento-dialogico> . Acesso em: 10 de ago. 2016.

NETO, Guedes Neto. *Com o mesmo calor do sol, com o mesmo peso da enxada: a experiência da teologia da enxada no agreste central pernambucano entre 1964 e 1985*. Dissertação (Mestrado em história) UFPE, Recife, 2013. Orientadora: Maria do Socorro Abreu e Lima.

RICOUER Paul. *Tempo e narrativa*: tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papyrus, 1997.

SILVA, Giselda Brito. *História política e análise do discurso: uma escrita da história em construção*. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0997.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SILVEIRA, Ana Paula Kuczmynda da. (et. Al). *A análise dialógica dos gêneros do discurso e os estudos e letramento: glossário para leitores iniciantes*. Florianópolis, Santa Catarina, Editora Dioesc, 2012, p.

SOARES, Tarissa Corrêa Stern. *O ensino da língua portuguesa no Colégio Catarinense a partir da LDB 5.692/71: o embate entre o discurso da mudança e o discurso da tradição*. Dissertação (mestrado em Linguística). UFSC, Florianópolis, 2015. Orientação: Rosângela Hammes Rodrigues.

PASSOS, João Décio. *Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso*. São Paulo: Paulus, 2013.

VALLE, João Edênio dos R. *Optatam Totius*. In: Dicionário do Concílio Vaticano II. PASSOS, João Décio; SANCHES, Wagner Lopes (org.). São Paulo: Paulus, 2015, p. 684-688.

VIGIL, José Maria. *50 anos depois do concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro*. Cadernos de Teologia pública. Ano X – n. 76, 2013.